

# **A PRODUÇÃO DO NOVO ESPAÇO RURAL: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo<sup>1</sup>**

Rosa Ester Rossini

Professora do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

As considerações apresentadas no presente texto têm por meio objetivo encaminhar a discussão no sentido do tema “Conflitos Sociais no Campo”. Há muitas formas para desenvolver o trabalho, e sabe-se perfeitamente que, dada a amplitude do assunto, apenas uma ínfima parcela será discutida. A opção para o texto do trabalho visou os seguintes pontos: 1) entender as relações sociedade e natureza; 2) compreender como se processa a produção e estruturação do espaço; e 3) analisar a renda da terra, propriedade da terra, a terra de trabalho e a exploração do trabalho.

## 1. Sociedade e natureza

Nada ocorre na natureza de forma isolada. Cada fenômeno afeta outro fenômeno e é por ele influenciado, pois, esse dinamismo existe não porque “se passa no curso do tempo, mas porque decorre do fluxo do tempo” (Vieira Pinto, 1969, p.520-521.)

Coube ao homem, por sua interferência na natureza, acelerar esse movimento de continua mudança ao introduzir novas plantas, modificar o clima, produzir o espaço etc. “E isso foi conseguido valendo-se antes de tudo e sobretudo da mão” (Engels, *Textos I* 1976, p. 1964). Essa capacidade de intervir na natureza, que teve seu início por meio das mãos, é obtida, em última instância, pelo trabalho.

A diferença básica que existe entre o homem e o animal é dada exatamente pelo fato do animal utilizar a natureza exterior e introduzir nele mudanças pura e simplesmente por causa de sua presença, enquanto o homem, ao introduzir mudanças, domina a natureza e a faz servir a seus fins. Esta suprema e essencial diferença se deve também ao trabalho, condição básica e fundamental de toda vida humana (Engels, *Textos I* 1976, pp. 61-78).

O processo de trabalho, expresso em sua divisão social, é o agente real de toda essa dinâmica. Portanto, a história dos homens é a história da transformação permanente e contínua da natureza em sociedade. “é a história da conversão das formas naturais em formas sociais, no processo da qual se dá a hominização do homem” (Moreira, 1980, p.26).

Nos primórdios da existência humana o homem retirava da natureza apenas o que necessitava para a sua sobrevivência, submetendo-a e adaptando-se a ela. À medida que evoluiu, técnica e cientificamente, o homem foi atingindo novos estágios – isto é, além de coletor passou a sobreviver também da caça e da pesca. É a partir desse momento que vai começar, graças ao seu trabalho transformador, a modificar-se a relação entre ele e a natureza.

Na medida em que transforma a natureza, criando os produtos de suas necessidades, o homem planta e revolve a terra, dando-lhe um outro significado em consequência de seu cultivo: a escolha do que nela será plantado, da técnica, das ferramentas e da relação de trabalho. As relações tornam-se mais complexas. Surge a necessidade de habilitar. A moradia, numa primeira instância, apesar de simples, revela um processo de evolução e de conquista num dado momento histórico de produção. Em seguida surgem outras necessidades, como a de cultivar os alimentos, domesticar os animais, viver em comunidade (tribos), trazer água para dentro de casa etc.

Assim, o trabalho liga não somente o homem à natureza mas os homens entre si, pois a atividade individual está vinculada àquela, mais ampla, que é a sociedade. Dessa forma, não só o processo de trabalho implica a atividade individual, mas sua evolução leva à divisão do trabalho, que repousa inicialmente em uma divisão natural baseada no trabalho masculino e feminino, na capacidade física etc., dentro do corpo familiar.

A ação do homem deixa de estar submetida à natureza à medida que evoluem e suas relações com o meio natural circundante. Alguns instrumentos vão sendo descobertos e aprimorados, sua submissão à natureza vai diminuindo, o espaço começa a ser produzido.

Tudo isso é conseguido graças ao trabalho, que é, “antes de mais nada, uma atividade criadora que permite ao homem existir, criar produtos necessários à produção e

reprodução de sua existência e, conseqüentemente, criar sua própria organização espacial. A organização espacial, ao mesmo tempo que viabiliza o processo de produção, é criada por ele e se modifica com a evolução desse processo. Assim, o trabalho é o ato através do qual o homem se relaciona com os outros homens e produz o espaço” (Carlos, 1979, p, 20).

O trabalho é muito mais que a ação do homem sobre a natureza; é um processo realizado e dirigido segundo a sua vontade. Nesse sentido o homem, graças ao seu trabalho, ao mesmo tempo que transforma o meio natural torna-o adequado às suas necessidades, e estas serão sempre definidas pelo sistema de valores que existe na sociedade onde vive. Suas necessidades decorrem não só das exigências biológicas mas também da vida em sociedade num determinado momento histórico.

Engels clarifica muito bem esse momento histórico e sua evolução quando diz que “em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mutua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada individuo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais membros da sociedade” (Engels, *Textos I* 1976, p. 65).

A partir do momento em que o homem começa a viver em sociedade, surge a necessidade de uma separação entre os trabalhos agrícola e não-agrícola, o que revela não só uma divisão interna mas a própria organização do espaço. Esse momento ocorre quando começam a existir excedentes. É então que surge também a separação entre residência no campo de cultivo e residência em aglomeração.

Embora haja uma diferenciação entre trabalhos urbano e rural, estes não podem ser vistos separadamente, mas como um todo único, uma totalidade.

A intervenção do homem na natureza esta intimamente ligada à divisão de trabalho no processo produtivo, o que leva a separação entre trabalho industrial, comercial e agrícola e tem, como elemento centralizador dessa intervenção, a cidade. Ela representa o ponto de

maior expressão espacial, organizando e influenciando uma grande concentração cumulativa de funções - industriais, comerciais, de serviços, técnico-financeiras e político-culturais.

Essa gama enorme de funções, na divisão do trabalho e diferenciação de classes sociais faz com que a cidade organize um espaço que lhe ultrapassa as fronteiras, alcançando áreas agrícolas cuja primeira função seria a de fornecer, com sua produção, a matéria-prima e os alimentos para a produção e consumo nos centros urbanos. "ambos, cidade e campo, devem, pois, ser englobados, constituindo em suas múltiplas relações e inter-relações a própria organização espacial da sociedade." (Carlos, 1979, p. 45).

É conveniente ressaltar que esse processo só pode ser realizado por via de trabalho, que é uma atividade transformadora, uma criação mental. Assim, apesar da natureza anteceder a cultura e criá-la em caráter absoluto, o homem não chegaria ao domínio das forças naturais, que lhe foi possibilitado pelo processo de conhecimento, se anteriormente ele próprio não tivesse sido produzido, sustentado e aperfeiçoado pela natureza. Essa somática de conhecimentos que o homem utiliza "em seu próprio benefício" e que pode ser genericamente definida por cultura é dada pela sociedade, que atua igualmente com o poder de dominar a natureza (Vieira Pinto, 1969, p. 517-531).

Toda essa atividade criadora, no final das contas resulta do processo de trabalho. É dele que faz brotar "um resultado que antes de começar o processo existia na mente do operário, quer dizer, um resultado que já tinha existência ideal. O operário não se limita a fazer mudar de forma a matéria com que a natureza o brinda,mas ao mesmo tempo realiza o seu fim" (Marx e Engels, 1974,v.1 p.33).

O trabalho é uma atividade realizada pelas mãos mas programada pela mente, isto é uma atividade consciente e refletida. O homem se apropria e emprega a natureza para um fim que concebeu em pensamento. O trabalho é planejado *a priori* e socialmente executado, de modo a tornar o meio circundante adequado às exigências da sociedade que nele habita num determinado momento histórico (Carlos, 1979, p.24).

Na ótica da determinação capitalista de mercadorias, a natureza pode ser considerada como terra agrícola, como fonte de minérios, como fonte de energia oriunda tanto do meio vegetal como do mineral etc., enquanto o homem é a força de trabalho que transformará a natureza (Moreira, 1980, p.245-265).

## 2. A produção e estruturação do espaço\*

A tese de que partimos é a que o espaço se constitui uma produção humana, sendo o seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os homens produzem sua existência, isto é, pelo modo de produção vigente. Mas como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, determinando-a e sendo por ela determinado, o processo de produção espacial deve ser analisado a partir dessa totalidade – ou seja, a categoria mais geral que é a formação econômica da sociedade.

Assim, o ato de produzir é concomitantemente o ato de produção do espaço, é nesse sentido que o geógrafo analisará o processo de produção: enquanto processo social e histórico, produtor do espaço geográfico. Isso não quer dizer que ele deva se abster das relações reais e concretas que determinam e criam as leis e os objetivos desse modo de produção – e isso se dá no nível da superestrutura (política, ideológica, jurídica e religiosa) da formação econômica da sociedade à qual esse modo de produção pertence.

Se o processo de produção da existência e o concomitante processo de produção do espaço são determinados historicamente, o espaço geográfico hoje (no caso dos países capitalistas) terá sua produção determinada pela formação econômica da sociedade capitalista diversa da feudal e da socialista. Nesse sentido, é necessário refletir sobre a maneira como esses dois processos de produção se realizam do ponto de vista da população, já que ela é o agente do processo.

Em primeiro lugar, a população não se reflete a uma somatória de indivíduos, mas a uma sociedade de classes. Em segundo lugar, trata-se de estabelecer como essa sociedade produz o espaço geográfico, já que ela o faz por via da relação de trabalho.

Portanto, o que nos interessa inicialmente é a população *trabalhadora* – a força de trabalho –, como ela vai produzir, com que instrumentos, como o trabalho será dividido e organizado. Ela é também uma população consumidora, na medida em que se apropria desse espaço para suprir as suas necessidades. Na medida em que está consumindo, ela está impulsionando a produção. O consumo dos produtos do trabalho, no entanto, será determinado pela produção: o consumo privado, que se dá por intermédio do habitar, e o consumo coletivo, por meio do lazer, locomoção, saneamento etc. O acesso a esse consumo é bastante desigual, pois, enquanto o processo de produção é uma tarefa coletiva, o produto do processo de trabalho é privado. Essa apropriação privada e desigual do espaço geográfico produzido pelo trabalho da sociedade pode ser percebida na paisagem urbana, que coloca lado a lado as favelas, conjuntos habitacionais, mansões de luxuosas casas e apartamentos. Isso quer dizer que, pelo fato do processo de trabalho sob o modo de produção capitalista ser alienado, a sociedade participa desigualmente da distribuição de seus frutos.

A apropriação do espaço geográfico se dá formalmente por meio da apropriação da terra. Mas, “na verdade, quando o capitalista se apropria de uma determinada parcela do espaço, ele o está fazendo apropriando-se de tudo o que ela contém” (Carlos e Lencione, 1981, p. 304) – sistema de transportes, saneamento, educação, saúde –, porque essa porção se insere num espaço global.

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as parcelas do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada uma terá no processo de trabalho geral. Estabelece-se então uma diversidade de relações com intensidades desiguais, que vão produzir o espaço global mediante a produção de parcelas espaciais menores.

Na formação econômica da sociedade capitalista, a categoria determinante da análise é o capital. Desse modo teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital, uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar.

A produção capitalista pressupõe a expropriação da população, de modo a que o trabalhador só tenha a vender sua força de trabalho. Portanto, pressupõem um mercado de trabalho. Por outro lado, as mercadorias produzidas no processo produtivo devem ser adquiridas, isto é, vendidas e consumidas para que a produção se viabilize. Para se agilizar o ciclo do capital, é necessário que o capitalista não saia do processo de produção para vender sua mercadoria; assim, esse processo cria toda uma gama de atividades (circulação, distribuição e troca) que liga o processo de produção ao de consumo.

No modo de produção capitalista, a indústria assume o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo outras atividades, tornando a agricultura um ramo seu. A indústria é a célula básica do processo de produção capitalista, cujo objetivo é a criação da mais-valia. Esse processo pressupõe, para a sua reprodução, a “continuidade” e a “produção em escala”.

A produção em grande escala, por um lado, é condição necessária à continuidade do processo. O capitalista visa o aumento da produtividade do trabalho, diminuindo o custo dos produtos e a parte da jornada de trabalho dedicada à produção necessária. Por outro lado, a questão da continuidade no processo produtivo é característica da produção capitalista, determinada pela base técnica, e implica tornar o processo cíclico em sua unidade, sem interrompê-lo (Carlos, A. F., 1979, p.80-81).

Essas duas características tendem a aumentar a concentração espacial, na medida em que obriga a integração e aprofunda a divisão do trabalho entre os ramos da economia, reforçando a dependência das parcelas do espaço e englobando-as no processo produtivo geral por meio da divisão espacial do trabalho.

A concentração do capital e a decorrente concentração espacial das atividades no modo de produção capitalista têm um nexo comum. Como a concentração do capital tende a ultrapassar os limites impostos pela tecnologia industrial, a concentração espacial também tende a ser muito maior que a decorrente das necessidades técnicas do processo produtivo.

Note-se que a tendência à superconcentração urbana, entendida como concentração de atividades e de população em uma ou poucas unidades, em detrimento do

resto da “rede urbana” e acima dos requisitos da tecnologia, é uma contradição que o capitalismo apresenta tanto em países desenvolvidos (Inglaterra, França, Itália) quanto em países não-desenvolvidos (Brasil).

A urbanização é um fenômeno que não pode estudado em si ou simplesmente ligado ao processo de industrialização. Na realidade, o processo se dá na medida em que se estabelece o surgimento e a expansão do capital por intermédio do processo de acumulação. O tipo de urbanização atual é um fenômeno puramente capitalista. Urbanização e acumulação são processos decorrentes da evolução cada vez mais ampliada do processo produtivo.

A formação das grandes metrópoles decorre da concentração do processo produtivo e, conseqüentemente, do processo de acumulação em pontos estratégicos do território, que comanda o processo de produção por via da divisão do trabalho entre espaços hierarquizados do território e da expropriação do excedente gerado nesses espaços. O processo de reprodução das relações capitalistas cria, assim, um sistema articulado e dependente, peculiar à reprodução do próprio sistema de produção (Marx, 1968, v. 3, p. 167-179).

No Brasil, o processo de produção e acumulação capitalista criou, com a implantação da indústria em São Paulo, toda uma reestruturação da divisão espacial do trabalho sob o controle da metrópole paulista.

Nossas reflexões sobre o tema nos levaram a pensar no processo de produção do espaço sob dois pontos de vista: o do processo geral, ligado à totalidade, que nos leva a discussão do espaço global, e do processo específico, ligado às parcelas que compõem essa totalidade, que nos conduz à análise regional. Nesta, é necessário levar em conta que, se uma região se articula, se define e se determina em função da divisão interna do trabalho dentro de um espaço nacional, este, por sua vez, se define pela divisão internacional do trabalho, ligada a outras nações do globo. A totalidade considerada como pano de fundo da análise regional é o espaço produzido pela formação econômico-social capitalista, que ultrapassa o território de uma nação para abranger o espaço dos países capitalistas.



É nesse sentido que a região, conquanto analisada separadamente do todo a que pertence, é parte indissociável dessa totalidade. A análise da parcela isolada do todo representaria assim uma abstração vazia, desprovida de significação.

A articulação da região com o espaço nacional a que pertence e deste com o internacional é determinada para a divisão do trabalho: local, regional, nacional e internacional. Essa divisão se dá em dois níveis: na sociedade e no espaço, e tanto um quanto outro têm como objetivo viabilizar o processo de reprodução ampliada do capital.

A divisão do trabalho é o elemento fundamental na determinação das regiões e do papel de cada uma dentro da totalidade do espaço. Os homens trabalham reunidos de modo complementar e que, seu trabalho, se colocam de modo diferente diante do processo produtivo, tem sua diferenciação dada pelo lugar que ocupam no sistema de produção. Esse sistema é determinado pelas relações em que os homens se encontram frente aos meios de produção, pelo papel que desempenham na divisão do trabalho e, por conseguinte, pelo modo e proporção em que recebem parte da riqueza de quem dispõem.

O mesmo ocorre com o papel, à articulação e a conseqüente importância de cada região dentro do processo de produção do espaço global. A divisão do trabalho que se estabelece no seio do processo produtivo entre os homens ocorre entre parcelas do espaço articuladas e determinadas pelo mesmo processo de produção. Desta feita, a região desempenha dentro do espaço global um papel complementar, que a coloca de modo diferente do processo produtivo e implica necessariamente uma hierarquização espacial. Cada região terá seu papel determinado pelo lugar que ela ocupa no sistema de produção geral. Isso determina seu lugar na divisão espacial do trabalho e, por conseqüência, o modo e a proporção em que recebe parte da riqueza social de que se dispõe. Assim se configura seu papel no processo de acumulação do capital.

A regionalização se define pelo processo de trabalho. É ele que lhe dá caráter social e não natural, do mesmo que confere caráter social ao processo de produção. Isso quer dizer que está sempre presente na análise a divisão do trabalho em seus vários níveis: local, regional, nacional e internacional.

A exemplo da distribuição de indivíduos na sociedade, a formação das regiões é também um processo desigual. E aqui cabe uma ressalva: o desenvolvimento desigual das regiões não é fenômeno puramente econômico. Apesar de ter seu pressuposto primeiro no modo de produção da sociedade sua determinação maior vincula-se à formação econômico-social.

A história do capitalismo, segundo Paul Singer (Singer, s.d., p.4), enquanto sistema mundial é a história mundial é a história da internacionalização do capital, ou seja, da criação de um espaço econômico internacional em que o capital, em suas diversas formas (capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria), pode circular livremente. A origem do modo de produção capitalista constituiu precisamente na criação de um espaço econômico dessa espécie dentro de diversos Estados nacionais. Ao se acumular, o capital tende sempre a ampliar o espaço no qual se move, o que leva de um lado, à expansão das fronteiras nacionais dos Estados capitalistas e, de outro, à acumulação nessas fronteiras enquanto obstáculos ao seu movimento. Pode-se interpretar a história dos últimos dois séculos como um permanente oscilar entre essas duas formas de expansão: a primeira levou à expansão colonial do fim do século passado e às duas guerras mundiais, ao passo que a segunda acarretou o surgimento das empresas multinacionais e dos trustes internacionais.

Temos agora um espaço internacional mais amplo e mais integrado do que nunca na história do capitalismo, dominado por algumas centenas de empresas multinacionais. Sendo as empresas multinacionais de capital monopolista, esse espaço é segmentado em termos de controle e planejamento centralizado de vários recursos produtivos, postos a serviço da maximização de lucros.

O Estado desenvolvimentista, que favorece a acumulação nacional de capital, desde que não se oponha à entrada de capital estrangeiro favorece também acumulação internacional da empresa multinacional. E essa acumulação é sempre centralizada. O desenvolvimento do capitalismo está profundamente marcado pelo processo de concentração, tanto no perfil que assume como nos resultados econômicos e sociais.

Trata-se, portanto de um processo desigual de desenvolvimento, e esta noção envolve, além da questão econômica, os aspectos sociais, políticos e espaciais.

Galeano observa que há dois lados na divisão internacional do trabalho: um englobando alguns países que se espacializaram em ganhar, e outro englobando os que se especializaram em perder. *O desenvolvimento desenvolve a desigualdade*. A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas (Galeano, 1979, p.3).

Do ponto de vista do espaço nacional, o processo de regionalização, baseado na divisão espacial do trabalho, assume as mesmas características da divisão internacional do trabalho, guardando as devidas especificidades históricas. Aprofunda-se e desenvolve-se a divisão do trabalho entre espaços em função do processo de reprodução do capital. Torna-se cada vez mais necessária uma subdivisão intrincada de operações entre as diversas etapas do movimento do processo produtivo e conseqüentemente do espaço, ao mesmo tempo que se chega à subordinação do trabalho e de parcelas do espaço. O capitalismo continua a se desenvolver com tendência à concentração, e com ela aumenta o grau de monopólio em suas variadas formas. O próprio crescimento do capitalismo de Estado serviu para reforçar essas tendências de concentração, centralização e monopólio.

Essa concentração do processo do capital se articula e se centraliza espacialmente nas cidades, que constituem o arcabouço político, econômico e social do país. A metrópole representa a esfera superior. É a partir dela que se completa o ciclo de produção, circulação e distribuição do capital. O processo de acumulação capitalista ocorre simultaneamente com o processo de urbanização – como causa e efeito deste.

Se, por um lado, o processo de urbanização capitalista atual aparece como “a forma mais desenvolvida da divisão do trabalho material e intelectual” (Lojkine, 1979, p.15-52), por outro ele representa formas de divisão social e espacial do trabalho. Indica uma contradição entre as parcelas diferenciadas do espaço na medida em que o processo de reprodução do capital se realiza concentradamente.

O desenvolvimento capitalista, no Brasil como nos demais países, acarreta uma concentração do capital na metrópole nacional que tende a reforçar a concentração espacial do processo de acumulação e concentração de renda. Na medida em que as maiores empresas capitalistas do país estão sediadas em São Paulo e tendem a crescer mais do que as restantes, elas trazem maior soma de recursos para acumular em São Paulo.

O fato de São Paulo situar-se como centro hegemônico do processo de acumulação no Brasil acarreta uma pauperização relativa de outras regiões do país. Ao lado da transferência direta de recursos para investimentos, uma outra fonte de concentração é proporcionada pela própria posição privilegiada da economia paulista na divisão regional e nacional do trabalho.

Se, de um lado, existe um processo de acumulação de recursos e investimentos, de outro ocorre um processo de concentração populacional. O primeiro se faz pela transferência do capital e o segundo pela migração. O processo de acumulação implica um movimento da população para os centros que a sediam. “Se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ela tenha causas estruturais que repelem determinados grupos a se colocarem em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. (...) Neste exemplo, a primeira onda de emigrantes é constituída de desempregados, a segunda por camponeses proletarizados”. (Singer, 1975, p.51.)

A expansão do capitalismo no Brasil tem seu foco de acumulação espacialmente localizada no Sudeste, onde São Paulo assume papel de comando na produção do espaço brasileiro. A realização desse processo implica um movimento dialético de criação e destruição que ocorre dentro do processo produtivo global, tanto no que se refere à produção quanto ao espaço. Desse modo começa a articular uma produção espacial comandada por São Paulo, que, por seu papel hegemônico, dirige estrutura e articula outras

regiões do território nacional. Assim sendo, a destruição das economias regionais nada mais é do que a forma de reprodução e desenvolvimento do sistema em escala nacional.

Assim se articula um processo de produção geral do espaço que se realiza de maneira desigual, pelo movimento diferencial do processo de acumulação. O espaço se produz e se reproduz submetendo ‘parcelas diferenciadas do espaço nacional’ ao centro dinâmico (político, econômico, social e de gestão) por via da submissão ao processo produtivo do capital. Este subordina parcelas do espaço às leis da reprodução mediante o controle do desenvolvimento do processo industrial que ora expropria os excedentes do capital para o centro de comando da acumulação, ora impõe sua produção em detrimento da produção local e regional, ora penetra como capital e absorve os investimentos. Esse processo implica a captação da extorsão da mais-valia para o centro nervoso do sistema. Exemplificando: o sistema cria mecanismos que permitem ao capital e ao centro espacial de acumulação principal explorar a força de trabalho sem se deslocar.

### 3. A renda da terra, a propriedade da terra, a terra de trabalho e a exploração do trabalho

A terra é “um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho” (Martins, 1981, p. 159). Entretanto, aquele que detém a propriedade da terra recebe por isso o direito de extrair uma renda através da produção ou do aluguel.

Não se trata aqui de discutir o problema da renda da terra, mas de lembrar que há várias formas de renda: a absoluta, a diferencial e a do monopólio. No momento basta enumerá-las, uma vez que o assunto é complexo e amplo, e por isso mesmo merecia um trabalho à parte, no qual se apresentaria a explicação de cada uma delas (Marx, 1982, v. 6, Livro 3).

Sendo um bem natural, a terra não é capital. Na medida que passa a ser um bem passível de compra, venda e aluguel no mercado, ela adquire preço e se transforma em mercadoria da mesma forma que o homem não é mercadoria, mas capacidade viva de trabalho para o capital (Marx, 1982, v.2, p. 110-115).

Com o capital, tudo se transforma em mercadoria: o capital produz o lucro; o trabalhador recebe um salário pelo seu desempenho, pela utilização de sua força de trabalho pelo capital; o proprietário da terra cobra uma renda por sua utilização (Martins, 1981, p. 160-162).

Para realizar a produção agrícola, o capitalista precisa empregar ferramentas, adubos e inseticidas por intermédio do trabalho humano, isto é, pela utilização da força de trabalho, para que a terra produza. “O produtor vai sendo colocado cada vez mais sob a dependência do mercado e, mesmo que ainda detenha a posse parcial e precária dos meios de produção, esta é matizada pela mercadoria e pelo capital, que assim se imiscui indiretamente na própria produção. Esse processo é bastante claro sob o capitalismo monopolista, onde tanto as indústrias fornecedoras de meios de produção para a agricultura como as que transformam os produtos agrícolas são denominadas por oligopólios que se apropriam de parcela cada vez maior do valor gerado na agricultura” (Graziano da Silva, 1978, p. 1-14).

Há uma diferença substancial na compreensão da propriedade privada da terra. Cumpre distinguir os dois tipos básicos de propriedade: propriedade capitalista e propriedade familiar. A primeira “baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador” (Martins, 1980, p. 59). Entenda-se por trabalhador aquele que foi expropriado, aquele que vendeu a sua força de trabalho a quem precisou comprá-la e que recebeu em troca o salário, que foi e será a condição essencial para a sua sobrevivência. Não um salário dentro de uma relação de igual, isto é, trabalho igual a salário. No caso há uma relação desigual, pois o que o trabalhador recebe é parte daquilo que foi investido, visto o salário ser determinado pela taxa de lucro do capital. Esse valor a mais, criado pelo trabalho do homem e que não lhe é entregue, constitui a chamada mais-valia. Assim sendo, o capital é na realidade o produto do trabalho não-pago.

A propriedade familiar, embora seja propriedade privada, difere profundamente da anterior, pois é a “propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha” (Martins, 1980, p. 59). Aquele que trabalha a terra, nesse tipo de propriedade, não

recebe lucro. Tudo o que obtém é fruto da jornada de trabalho gratuito da família, inclusive dos menores (Kautsky, 1980, p. 112-137).

No momento em que o produtor proprietário de uma atividade familiar necessita recorrer a financiamento para a produção e comercialização do produto de seu trabalho, ele começa a ficar subordinado ao capital, isto é, configura-se a sujeição da renda da terra ao capital. Mudam consideravelmente suas relações, pois ele se transforma em um assalariado do capital. Frequentemente o produtor proprietário familiar acaba sem condições de pagar os financiamentos, o que pode levá-lo à perda da propriedade. Quando esse fato não ocorre, ele passa da condição de proprietário real a proprietário nominal pelo fato de pagar ao banco a renda da terra que na realidade é sua. “Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que, além de ser o trabalhador, é também, de fato, arrendatário. Como a sua terra é terra do trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força do trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas sim pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura do tipo camponês. Por isso a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbana” (Martins, 1981, p.176-177).

Em outros casos, o pequeno produtor proprietário é engolfado pela propriedade capitalista, ansiosa de concentrar terras e propriedades para o desenvolvimento das culturas de soja e trigo, por exemplo. Nesse tipo de agricultura, o trabalho é feito com a presença marcante de maquinaria altamente poupadora de mão-de-obra. Assim sendo, ao mesmo tempo que ocorre a concentração de propriedades, não há a contrapartida da utilização da força de trabalho liberada, oriunda das propriedades aglutinadas.

A concentração de terras não se faz apenas para o desenvolvimento da agricultura capitalista mas, em outros casos, para a implantação do criatório extensivo, também altamente poupador de mão de obra. “A política de incentivos fiscais às empresas para que

se estabeleçam na Amazônia ou para que desenvolvam projetos de florestamentos (ou reflorestamentos) serviu para intensificar até brutalmente a tendência concentracionista da propriedade da terra, levando não só à ocupação rápida e em grande escala das áreas novas mas também à expulsão de índios e pioneiros” (Martins,1980, p. 80).

O pequeno produtor familiar pode ainda ser expropriado quando sua propriedade é desapropriada por interesse do Estado para a construção de obras gigantescas, como ocorreu nas áreas de Itaipu, Urubupungá, Sobradinho etc. Finalmente pode ocorrer que a pequena propriedade se tornou insuficiente para a sobrevivência da família, obrigando parte de seus membros a se deslocar para outras áreas ou a se transformar em assalariados urbanos ou rurais em outros espaços.

Quando o capital se apropria da terra, esta assume a característica de terra de negócio, em exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apropria da terra, ela se transforma em terra de trabalho (Martins, 1980, p.59-60). Os conflitos de terra no país surgem exatamente por causa dessa concepção entre terra de negócio e terra de trabalho. Entende-se por terra de exploração ou terra de negócio aquela de que o capital se apropriou para crescer sempre, para gerar continuamente novos e maiores lucros, que podem advir tanto da exploração do trabalho dos destituídos de terra como dos que nunca tiveram acesso a ela. O lucro vai permitir o enriquecimento de poucos à custa de toda a sociedade. A terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para especular, para explorar. “Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular da propriedade familiar, tribal, comunitária e no de posse.” (CNBB, 1980, p. 30).

Os grandes senhores detentores do capital não permitem que os posseiros tenham acesso às terras livres, desocupadas e não-trabalhadas, expulsando-os porque eles não podem pagar por ela. Assim é que mais de 1 milhão de famílias de posseiros, distribuídas em todo o território nacional e de forma espacial no Norte do país, travam uma batalha pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, um bem comum, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada (Martins,1980,p. 42). De janeiro a julho deste ano, os conflitos de terra que foram catalogados chegaram a 24, oito deles em São Paulo, “onde,



segundo o governo, há pelo menos 500 mil famílias necessitando de terra” de trabalho (*O Estado de S. Paulo*, 16/10/1983, p. 16). Eles lutam pela posse e uso de sua terra, mais do que pela propriedade (CNBB, 1980, p. 29).

“No Brasil o posseiro sempre se constituiu em um desbravador do território, como ‘amansador da terra’. Na realidade os posseiros, sempre pressionados pelos capitalistas interessados em desalojá-los de suas terras, têm-se constituído em instrumentos de deslocamento de grupos indígenas. Esse processo de deslocamento sob pressão do capital faz com que o posseiro, desalojado por este, desaloje o índio de suas terras” (Oliveira, 1982 p. 275), “Índios e posseiros são hoje submetidos a todo tipo de violência, privada e pública, às vezes conquistadas pelo trabalho de muitas gerações.” (Martins, 1980, p. 138.)

Para melhor compreensão dos conflitos sociais no campo, convém destacar, ainda, mais um elemento no quadro geral, que é o da exploração do trabalho. Ressalte-se que o modo de produção capitalista é o modo de produção de mercadorias e tem em sua essência o modo de produção da mais-valia. Do ponto de vista do processo de produção, não há apenas a produção de mercadorias mas também relações de produção, tanto as especificamente capitalistas como as não-capitalistas, que no entanto não fogem de sua órbita de influência.

No processo de produção dos homens livres (assalariados) enquanto mercadorias para o capital, o modo de produção capitalista os “usa” quando e da maneira que lhe convém. Assim, os homens expropriados dos meios de produção, tendo para vender somente sua força de trabalho, indispensável à manutenção de sua existência, a vende ao capitalista no mercado de trabalho.

Com a acumulação e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, a força de expansão do capital cresce para além das condições técnicas que o próprio processo de produção permite, transformando rapidamente o produto excedente em novos meios de produção. No entanto, as variações absolutas da acumulação de capital se refletem sobre a forma de variações relativas da massa de força de trabalho explorável, o que induz a oscilações.

Quanto à classe de proletários, o que ocorre é que o capital, e a sua conseqüente reprodução ampliada, reproduz constantemente dois fenômenos:

- o da população ativa, que trabalha para a produção do capital;
- o de uma população disponível que não é absorvida pelo capital e que forma o exército industrial de reserva.

É necessário para o sistema ter grandes massas de homens disponíveis, para poder lançá-las em momentos decisivos sem que a escala de produção seja quebrada (é necessário agilizar e viabilizar o ciclo do capital sem interrupções). A reprodução dos homens é necessária para servir de mercadoria para o capital.

O ciclo do capital é determinado, por sua composição orgânica, que por sua vez decorre do grau de acumulação do capital.

A reprodução enquanto reprodução da vida, da espécie, é dada pela TN (taxa de natalidade), e o nível de reprodução será determinado pelo salário, que decorre do lugar que o indivíduo ocupa na classe e, conseqüentemente, no processo de produção, com a respectiva remuneração daí resultante. A reprodução dos homens, de um modo geral, esta ligada à forma específica do sistema capitalista de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não-retribuído.

Isso quer dizer que a reprodução dos homens no modo de produção capitalista assume uma especificidade histórica que a diferencia da de períodos precedentes, criando uma lei de população específica; isto é, o capital, de acordo com as suas necessidades, se esforça para aumentar a população operária, ao mesmo tempo que diminui constantemente o tempo de trabalho necessário. Aqui reside uma das grandes contradições do capitalismo, pois, ao mesmo tempo que ela cria o sobretabalho, está abolindo o trabalho necessário, e o primeiro só pode existir a partir do segundo. Por outro lado, a noção de superpopulação se associa diretamente à privação do indivíduo das condições de reprodução de sua própria existência; desse modo, num determinado momento do desenvolvimento da produção social pode ou não existir superpopulação (Carlos, Rossini, 1982, p. 15-17).

Os limites da população dependem da elasticidade das formas de produção determinada. Estas variam, contraem-se ou dilatam-se segundo as condições. A taxa de crescimento absoluto da população se modifica; em consequência, modifica-se também a da superpopulação. É a base produtiva que determina, a cada momento, tanto a superpopulação como a produção ótima. A população total é, assim, a população necessária e a população excedente que uma dada base produtiva teria condições de criar. A história mostra que tanto a população necessária quanto a excedente são relações históricas. Desse modo, a população não pode ser determinada nem por número nem por um limite absoluto de produtividade de alimentos, mas, ao contrário, é determinada e tem seus limites fixados pelas condições da produção. O movimento da população total (população necessária e população excedente) é dado por leis históricas do emprego, que levam o indivíduo a participar ou da população necessária ou da excedente; estas determinarão o grau de reprodução humana do trabalhador assalariado (Marx, 1968, v. 3, p. 167-179).

Mas tanto a população efetivamente “ativa” ou trabalhadora quanto a excedente são criadas concomitantemente e articuladas pelo modo de produção baseado no capital e em função de suas necessidades. Essa produção não só requer uma massa de trabalhadores que trabalhem e cooperem como supõem uma população ou superpopulação excedente. O grau de integração dessa superpopulação no processo produtivo dependerá da criação do capital adicional, que propiciará o nível da reprodução ampliada num dado momento da produção. Desse modo sua criação pode implicar uma crescente necessidade de população, suscetível de ser colocada no mercado de trabalho de acordo com a criação do capital adicional.

Se, por um lado, existe uma parte da população que produz efetiva e diretamente o espaço por intermédio de um dado tipo de trabalho (agrícola, industrial), por outro existe uma parcelada população que participa indiretamente, na medida em que seu trabalho não produz diretamente o espaço (comércio, serviços), mas viabiliza os primeiros. E temos ainda uma parcela da população que se encontra fora do mercado de trabalho, ou porque

não participa definitivamente do processo social de produção, ou porque foi expulsa do mercado de trabalho, ou, ainda, porque faz parte do chamado exército industrial de reserva.

Todas as parcelas da população acabam – de uma maneira ou de outra, desigual e diferentemente – apropriando-se de uma parcela desse espaço socialmente produzido. Isso ocorre na proporção em que todos os indivíduos, de um modo ou de outro, habitam esse espaço, nele se movimentam, utilizam-se dos equipamentos coletivos sociais, consomem um espaço de lazer etc.

O processo de apropriação do espaço será, portanto, estabelecido pelo lugar que o indivíduo ocupa na classe social e, conseqüentemente, pelo lugar que esta ocupa na sociedade (Carlos, Rossini, 1982, pp. 17-19). Dessa maneira, a grande massa de expropriados do Sul, do Sudeste, do Nordeste e mesmo do Centro-Oeste migra especialmente para o Norte do país à procura de um espaço agrário que permita desenvolver seu trabalho para o sustento seu e / ou de sua família. Lutam pela posse da terra de trabalho ou se transformam em peões ou assalariados. Esse tipo de mão-de-obra volante (peões), o formador de pastos para a penetração da pecuária, será constituído pelos futuros errantes “expulsos pelo gado” na terra que eles “abriram”.

No Sul do país e em outras áreas do território nacional tem havido algumas pressões no sentido de permanência na própria área, principalmente por meio do movimento sindical e da Igreja, de modo a preservar o seu trabalho no local onde esses homens preferem viver, em vez de serem jogados em outros espaços, embora o capital continue aqui ou acolá explorando o trabalho desses milhões de pessoas, mesmo sendo um trabalho familiar e uma agricultura praticamente de subsistência.

Ao realizar a expropriação do trabalhador, o capital cria condições para aumentar a exploração do trabalho. O trabalhador “terá agora que vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras do mercado, e não conforme suas necessidades reais. Já não é ele, o trabalhador, quem diz quanto precisa juntamente com a sua família para sobreviver; é o capital quem lhe dirá quanto quer pagar segundo as leis do mercado. Se houver muita gente procurando trabalho, se for muito grande o número de expropriados que não

conseguirem encontrar emprego, a tendência será a queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador” (Martins, 1980, p. 56). O número de explorados cresce dia a dia, especialmente com o beneplácito do Estado, que financia as grandes empresas capitalistas a juros subsidiados, favorecendo a modernização da agricultura.

Finalmente, deve-se ressaltar que conflitos como os do sertão de Canudos, na Bahia (1893-1897), do sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), e tantos outros que foram violentamente combatidos por forças militares, não tinham quase nada a ver com propostas de alteração de regime político, mas diziam respeito à posse da terra. Da mesma forma, é importante lembrar as Ligas Camponesas das décadas de 50 e 60 em Pernambuco e na Paraíba, principalmente, que surgiram também como reação à expulsão dos foreiros, que vinham sendo expulsos da terra ou reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes. Essa expulsão ocorria para que o senhor de engenho recuperasse a renda que deixava de ganhar com o afloramento. Assim é que as diferentes formas de luta e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra (Martins, 1981, pp. 31-80).

Os conflitos sociais no campo ocorreram e continuam a ocorrer em toda história da estruturação do espaço nacional tendo sempre como elemento centralizador a concepção do trabalho, o conflito “provocado” pelo capital, que gera o confronto entre a terra de negócio e a terra de trabalho por causa da renda da terra, e ainda pela exploração do trabalho.

Para finalizar, as palavras de José de Souza Martins são novamente as mais apropriadas: “No meu modo de ver, esta é a hora para se discutir menos, mas discutir, e ouvir mais – ouvir os pobres do campo, conhecer suas bandeiras de luta e a sua luta, ampla e violenta como tem sido nestes anos todos. Não temos o direito de inventar bandeiras de luta para quem já está lutando, para quem vê nitidamente o que quer. Cabe-nos primeiramente ver e compreender. Para que não se repitam erros anteriores..., quando

propostas e alianças foram definidas com escassa participação dos interessados, os pobres e ofendidos do campo” (Martins, 1980, p.44).

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente no livro **A Construção do Espaço** – São Paulo: Editora Nobel, 1986. p. 91-119.

## REFERÊNCIAS

1. CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. 2. ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1980.
2. CARLOS, A. F. A. *Reflexões sobre o Espaço Geográfico*. São Paulo, 1979. Dissertação de mestrado (USP) (mimeo.).
3. CARLOS, A. F. A. & LENCIONE, S. (1981). A apropriação do espaço capitalista. In: *Anais do 4º Encontro de Geografia*, AGB, Rio de Janeiro.
4. CARLOS, A. F. A. & ROSSINI, R. E. *Estruturação do Espaço* (formas em nível regional: população). São Paulo, 1982 (mimeo.).
5. CARVALHO, Murilo. *Sangue da Terra*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980 (Brasil Hoje, 2).
6. ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo, Edições Sociais, 1976, p. 61-78.
7. ENGELS, F. Introdução à Dialética da Natureza. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos 2*. São Paulo, Edições Sociais, 1976, p. 151-168.
8. GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
9. GRAZIANO DA SILVA, J. F. (coord.) *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978.
10. IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981.
11. KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo, Proposta Editorial Ltda., 1980.
12. KOTSCHO, R. *O Massacre dos Posseiros – Conflitos de Terras no Araguaia-Tocantins*. 2. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
13. LENIN, V. I. (citado por CUEVA, A.). La concepción marxista de las clases sociales. Debate e Crítica nº 3. São Paulo, Hucitec, 1974.
14. LOJKINE, J. O papel do Estado na urbanização. In: FORTI, R. *Marxismo e Urbanismo Capitalista – Textos Críticos*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

15. MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
16. MARTINS, J. S. *Expropriação & Violência (A Questão Política no Campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980. (Coleção Ciências Sociais).
17. MARTINS, J. S. Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal. In: *Reforma Agrária*. Boletim da ABRA. Ano IX, n. 1, jan./fev. Campinas, 1979, p. 10-19.
18. MARX, K. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. São Paulo, Difel, 1982 v. 6, Livro 3.
19. MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858. 9. ed. Siglo Veintiuno Editores, 1982.
20. MARX, K. Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política (Grundrissé). Madrid, Editorial de Comunicación, 1968. tomos I E III.
21. MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
22. MORAES, A. C. R. As condições naturais e a estruturação do espaço agrário. In: *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1 (USP/FFLCH). São Paulo, 1982.
23. MOREIRA, Ruy. Geografia e práxis: algumas questões. In: *Geografia e Sociedade (Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. p. 19-30.
24. MOREIRA, Ruy. Geografia, ecologia, ideologia. A “totalidade do homem-meio” hoje. In: *Anais do 4.º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro, Edições AGB, 1980. P. 245-265.
25. O ESTADO DE SÃO PAULO. Invasão de terras, o perigo do precedente. São Paulo, 16/10/83.
26. OLIVEIRA, A. U. A pequena produção agrícola mercantil no Brasil. In: *Anais do 5.º Encontro de Geógrafos – Contribuições Científicas*. Porto Alegre, 1982. v. 2, Livro 2, p. 179-211.
27. PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: No Rastro do Saque*. São Paulo, Hucitec, 1980.
28. PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA (PIPSA). Textos para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. 1980, 1981, 1982.
29. PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.
30. QUEDA, O. Formas de propriedade e tecnologia: algumas reflexões. In: *Reforma Agrária*. Boletim da ABRA. Ano X, n. 2, mar./abr. Campinas, 1980. p. 34-38.
31. SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979.
32. SINGER, P. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. Cebrap. São Paulo, s.d., mimeo.

33. SINGER, P. *Economia Política e Urbanização*. São Paulo, Ed. Brasiliense/Cebrap, 1975.
  34. VIEIRA PINTO, A. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
-